

Financiamento Instituições recorrem a regulador para poder captar com letras no mercado

Agências de fomento buscam maior autonomia financeira

Flavia Lima
De São Paulo

Em um cenário de busca de recursos de longo prazo para financiar projetos de infraestrutura e graves restrições fiscais nos Estados, as agências regionais de fomento procuram um maior protagonismo. Querem exorcizar as experiências traumáticas dos bancos estaduais em décadas passadas e obter mais autonomia financeira para ampliar seu poder de fogo.

As 16 agências espalhadas pelo país estão recorrendo ao regulador para que possam captar recursos via emissão de Letras Financeiras (LF) — título de maior prazo, voltado para investidores qualificados. O esforço é convencer o regulador de que as regras aplicadas às agências de fomento são muito rígidas, já que o grupo não dispõe de alternativas de receita além daquelas provenientes das operações de empréstimos, cujas taxas de juros são muito baixas. A Associação Brasileira do Desenvolvimento (ABDE), entidade que reúne as agências, conduz as conversas com o Banco Central e os ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Ao mesmo tempo, as agências buscam se afastar da sombra negativa do passado, quando bancos

estaduais foram usados como verdadeiros emissores de moeda e acabaram quebrados — o estopim para que o BC, ao autorizar a criação das agências no início dos anos 2000, impedisse a captação de recursos no mercado. Hoje, as agências se limitam a operar valores repassados pelo governo ou por instituições como BNDES e Finep, com limites fixados por elas.

Milton Luiz de Melo Santos, presidente da ABDE, diz que as agências têm custos semelhantes aos de uma instituição privada — especialmente com compliance, para atender as regras do BC, e tributários —, mas não contam com diversidade de alternativas para gerar funding e receitas, como têm os bancos de varejo e os múltiplos. Segundo ele, a ideia não é captar recursos como fazem os bancos, ao vender CDBs, por exemplo, mas emitir papéis mais longos e atuar junto a investidores qualificados para financiar projetos de saneamento e infraestrutura.

Os desembolsos das 16 agências juntas em 2016 fica em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, segundo o presidente da ABDE.

Como forma de mitigar riscos, Santos sugere que o BC poderia definir um percentual máximo do patrimônio de referência para capta-

ção de recursos. Atrelado a isso, uma parte do ativo da instituição poderia ser usada como garantia. Segundo Santos, a ABDE encomendou estudo para identificar como outras instituições de fomento globais lidam com a questão tributária e, concluída a avaliação, deve encaminhar uma proposta ao governo.

Dentro do Conselho Monetário Nacional (CMN), as restrições não viriam tanto do BC, mas principalmente de Fazenda e Planejamento, preocupados com o acesso ao mercado das agências menos estruturadas do ponto de vista de governança. Santos diz que há instituições que precisam de aporte de capital e melhoria de gestão. Procurados, BC e Fazenda informaram por meio das assessorias que não comentam o assunto. O Planejamento diz que o tema não está em pauta no ministério.

As conversas, diz Santos, existem, encontram eco entre os interlocutores e incluem também o BNDES. Em encontros com a diretoria do BNDES, as agências sugeriram que o banco passe a usar essas instituições como braços operacionais locais. Hoje, as agências repassam os recursos dentro dos programas pré-definidos pelo banco, que nem sempre fazem sentido dentro das realidades regionais. O tema está em discussão. “Poderíamos aten-

der não só empresas, mas projetos em municípios cuja limitação nossa é muito grande”, diz Santos, que está à frente também da Desenvolve SP, a agência paulista.

Além da captação no mercado e do BNDES, as agências buscam ainda acesso a outros bolsos. Negociam com o BC a possibilidade de fazer a gestão de fundos de participação, de olho nas taxas de administração deste tipo de serviço, e também na liberdade para aplicar o dinheiro. Hoje, as agências de fomento podem apenas comprar cotas de fundos geridos por terceiros, desde que sejam voltados para empresas de tecnologia e inovação.

Felipe Rezende, estudioso de agências e bancos de desenvolvimento, afirma que a falta de mecanismos de gestão mais precisos deram espaço a abusos no passado e que, independentemente da forma de financiamento atual, é preciso um processo de gestão claro e transparente.

José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE e professor do IDP, não vê risco adicional na possibilidade de emissão de letras financeiras pelas agências, a não ser que o CMN fixe regras “frouxas” e o BC “falhe na fiscalização”. Para ele, que conduz o estudo tributário das agências, não é possível comparar o tamanho e a si-

tuação das agências de fomento com os antigos bancos estaduais. “Os índices de Basileia são aplicados hoje e não eram no passado. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que a agência empreste para seu próprio controlador.”

Para Rezende, que é professor assistente do departamento de economia de Hobart and William Smith Colleges, em Genebra, a questão, no caso da possibilidade de emissão de letras, é outra. Segundo ele, a emissão de títulos de fomento apenas comprando cotas de mercado simplesmente inviabilizaria os projetos, dado o tamanho da Selic. Além disso, o apetite para tais papéis é baixo no país e o prazo das operações não passam de cinco anos, em média, o que causaria descasamento grande nos balanços dessas agências.

O risco da operação, diz Rezende, poderia ser mitigado pela entrada mais atuante do BC no jogo. Segundo ele, o BC poderia comprar os títulos emitidos por essas agências de fomento, deixando-os em carteira e, dessa forma, financiando a infraestrutura regional. “Os BCs do mundo fizeram forte expansão dos balanços e o brasileiro, de certa forma, passou por essa expansão em função do programa de aquisição de reservas internacionais. Dinheiro, portanto, existe.”

Á
OCCAS
SIONAL
14 6060
br.com

OR

da Fixa

